

# Os Sistemas Arquivísticos da Administração Central como Forma de Garantir a Cidadania e a Coesão Económica e Social

*Miguel Rui Infante*

Secretaria-Geral do MEI

E-mail: miguel.infante@sg.min-economia.pt

## RESUMO ENTREGUE QUANDO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Com a implementação do PRACE os sistemas arquivísticos dos órgãos da administração central retomaram uma actividade há muito desejada mas que se pensava impossível de realizar. O Estado dava orientações para a área arquivística ser considerada como fundamental numa nova Administração que se pretendia mais ágil, transparente e ao serviço dos cidadãos.

Passados três anos é fácil ver a atitude dúplce tomada pelo próprio Estado. Por um lado pretende garantir o tratamento e a conservação da informação arquivística por si produzida, e que até agora não acontecia, atribuindo estas funções às Secretarias-Gerais dos Ministérios. Por outro lado não dotou as mesmas Secretarias-Gerais dos respectivos meios financeiros, humanos e legais para executarem esta sua nova missão.

As Secretarias-Gerais são transformadas em pequenos “órgãos coordenadores” a quem cabe a imensa tarefa de, controlar a produção da informação nas suas organizações dotando os organismos dos respectivos meios de controlo arquivístico, ao mesmo tempo deverão controlar ou alertar as organizações sobre o problema da informação “nada digital” que, apesar de há anos consecutivos de alertas, ainda hoje é considerada uma área ligada à informática e aos sistemas de informação que nada têm a ver com a arquivística.

Não obstante esta tarefa difícil as Secretarias-Gerais ficam, ainda, com o peso da gestão de quilómetros de documentação em papel, trabalho há muito não assumido pelo Ministério da Cultura e pelos seus sucessivos órgãos coordenadores da política arquivística nacional.

Que problemas enfrentam as Secretarias-Gerais? Que recursos têm? Que orientações recebem? São estas algumas das questões que tentaremos explicar. São os “amargos de boca” de quem pretende agir sem poder e de quem vê, mesmo assim, muita informação importantíssima para a coesão nacional continuar sem controlo, pois o PRACE com a filosofia da prestação centralizada de serviços só abarca os órgãos da

administração directa do Estado deixando de fora todo um conjunto de instituições fundamentais na área dos Institutos Públicos, sector empresarial do Estado e empresa participadas.

A Secretaria-Geral do Ministério da Economia que já desenvolvia desde 2004 a prestação centralizada de serviços no âmbito da documentação e da informação, sabe bem as dificuldades que se tem em implementar qualquer trabalho numa área que não é prioridade das Direcções dos organismos públicos, podendo dizer-se mesmo pelo próprio Estado.

A Secretaria-Geral do Ministério da Economia no seu intento de criar um sistema integrado de informação arquivística apresentou um projecto à AMA designado por SIIAMEI, que pretende:

- a abertura da informação da administração a todos os cidadãos e entidades activas da área da economia e investigação;
- a desburocratização de acesso a documentos oficiais necessários aos processos administrativos;
- a criação de uma consciência de cidadania;
- a preservação de uma documentação de importância capital para a história económica do Portugal Contemporâneo
- a implementação do conceito estado-aberto, neste caso aos olhos dos cidadãos nacionais e internacionais.

O projecto desenvolve-se numa área interna ao MEI no sentido de otimizar a informação e o seu acesso como meio de relacionamento inter-institucional, mas também como meio de gestão no controlo de custos, pretende-se gerir só o necessário.

Mas o SIIAMEI também está virado para o cidadão, no mais tradicional sentido do termo, isto é para a investigação, mas também para o cidadão que interage com o Estado na esfera económica, no seu dia a dia, tendo a informação disponível de forma clara e transparente utilizável em tempo útil em sistemas SIMPLEX.

Para o biênio 2009-2010 existem agora recursos financeiros para desenvolver este trabalho sistemático que levará à criação do Arquivo Central do Ministério, e dotará todos os órgãos da prestação centralizada de serviços, isto é os órgãos da administração directa do Estado, dos meios necessários para controlar a sua produção documental e a circulação da informação dentro do MEI. Mas logo de início se levantam problemas que iremos escalpelizar.

No entanto conscientes que a informação encerrada nos depósitos de arquivo do Ministério da Economia é importantíssima para a coesão nacional e para o desenvolvimento do sentimento de cidadania por parte dos cidadãos e das várias entidades que os representam como formas activas da força nacional. A Secretaria-Geral do MEI tornou como um dos seus objectivos prioritários, e por isso inscritos no QUAR, a divulgação desta informação. Assim iremos reflectir sobre os desafios que neste momento se deparam perante o problema, que informação tratar e como divulgar?

Está em causa a opção entre seguir as formas tradicionais de acesso em arquivo ou aproveitando a vasta rede de infra-estruturas tecnológicas existentes, optar por uma solução mais ágil, mas mais arriscada. É que o desenvolvimento do SIIAMEI permite o estabelecimento de redes comunicacionais que efectivam o balcão único, permite ainda suportar as infra-estruturas para o estabelecimento de uma administração transversal a toda a AP e a fixação de ligações permanentes com outras entidades publicas e privadas, com quem poderá desenvolver linhas de cooperação específica como é o caso das universidades e das associações empresariais. No fundo o que fazer: trazer as pessoas ao arquivo ou levar o arquivo às pessoas e às instituições?

O Ministério da Economia já fez a sua escolha que será apresentada nesta comunicação.